

TEXTO: “Bom vaqueiro nordestino Morre sem deixar tostão O seu nome é esquecido Nas quebradas do sertão”¹: Homens vaqueiros e escravizados nos sertões de Pastos Bons.

AUTORA: Antônia de Castro Andrade.

Já se sabe que “[...] A criação de gado, ao contrário dos argumentos de alguns estudiosos, não dispensou a mão de obra do escravo africano [...]” (RIBEIRO, 1990, p.54). Na lida das fazendas de gado que surgiram nos sertões sul- maranhenses junto com o processo de conquista feito por baianos e pernambucanos, Francisco de Paula Ribeiro nos conta que, esses últimos exigiam “[...] poucos assalariados, e ainda muito menos escravos, suprimindo com seus próprios filhos os cuidados daquele manejo [...]” (apud FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p.117). Para se ter uma maior compreensão sobre a dinâmica que caracterizou as relações construídas naquele espaço é necessário avançarmos nas pesquisas sobre aquela realidade social e com elas ampliarmos nosso olhar sobre aquela sociedade, construída não só por homens brancos montados em seus cavalos e seus familiares. Homens e mulheres escravizados/as foram partícipes naquele processo.

Falar sobre a escravidão negra sul-maranhense é um desafio muito grande, pois não temos tantas referências bibliográficas disponíveis, além das dificuldades na coleta da documentação. Esta, em muitos casos, se encontra desgastada pela ação do tempo ou por não ter sido guardada de forma adequada. O que encontramos são apenas pedaços, fragmentos de histórias. Diante dessa realidade torna-se necessário atentarmos para o que o historiador italiano Carlos Ginzburg (1989, p.150) chama de “[...] dados marginais [...]”, a procura de “[...] pistas talvez infinitesimais que permitam captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível [...]”, o ofício de pesquisador/a nos pede que aprendamos a “[...] farejar, registrar, interpretar e classificar [...]” (GINZBURG, 1989, p.151) os resquícios presentes na documentação à procura de vestígios que possam nos ajudar a compreender uma determinada realidade social.

É preciso ficar atento “[...] aos pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais [...]” (GINZBURG, 1989, p.150), pois são nesses ‘detalhes,’ muitas vezes não tão visíveis da documentação, que podem nos ajudar a compreender

¹ GONZAGA, Luiz. Canção: A morte do vaqueiro. <https://www.youtube.com>.

as relações que foram construídas entre os sujeitos livres, libertos e escravizados que viveram no Alto Sertão de Pastos Bons² no século XIX.

Foi por meio dos indícios presentes na documentação produzida pela classe proprietária que construí minha narrativa sobre as vivências de homens e mulheres escravizados/as nos sertões de Pastos Bons. É importante salientar que o *corpus documental* disponível para realizar essa pesquisa não contém testemunhos diretos dos sujeitos por mim estudados. São falas e escritas de terceiros. São desses olhares, muitas vezes carregados de julgamentos e fragmentados, que procurei compreender as complexas teias de relações tecidas por aqueles indivíduos entre si e entre livres e libertos/as daquele sertão. Para tanto, foi preciso decifrar as pistas presentes na documentação e, quando possível, estabelecer diálogos com as séries documentais disponíveis e com a historiografia sobre a temática.

O processo de colonização do território maranhense foi realizado de duas formas: no norte houve a implantação da agroexportação, com forte presença do Estado Português, amparado no emprego da mão de obra escravizada negra, chamado de frente de expansão litorânea. Já no sul-maranhense, a conquista do território tomou outros rumos. Lá foi realizada por vaqueiros vindos da Bahia e Pernambuco, tangendo suas boiadas e formando currais, que eram administrados por eles e seus filhos, homens livres e “brancos”. A colonização desse vasto território foi possível graças à expansão pastoril (CABRAL, 1992, p. 59-137). Assim, Cabral contribuiu para a construção de uma narrativa que ressalta a existência, presente nas narrativas e imagens que retratam aqueles acontecimentos e suas consequências para nossa história, em solo maranhense de duas organizações sociais claramente demarcadas; uma negra e escravista, no norte e outra “branca”, livre e pecuarista, no sul.

Sobre a participação de escravizados/as no trabalho diário das fazendas sul-maranhenses, a professora Socorro Cabral (1992, p.106) assevera que

² Ferreira (2002, p.13) refletindo sobre a história de tão vasto e complexo território que deu origem ao sertão maranhense o divide da seguinte maneira: “[...] as regiões central (Médio Sertão) e sul (Alto Sertão) do Maranhão [...]”. Corresponde ao Alto Sertão, também chamado de Pastos Bons, as áreas que foram colonizadas pelos vaqueiros, principalmente baianos, e suas boiadas; e Médio Sertão as áreas que pertencem ao território que corresponde boa parte do município de Caxias. Barra do Corda e Grajaú corresponderia a área de transição entre o Alto e Médio Sertão. Aqui neste trabalho, ao citar o Alto Sertão, estarei me referindo a esse lugar do qual Ferreira fala em seu trabalho

O trabalho escravo e o livre foram utilizados com frequência. Ao que parece, os escravos desempenhavam função subalterna atribuída **aos fábricas. Em nenhuma fonte consultada encontramos referência a vaqueiros escravos, o que nos leva a sugerir que os vaqueiros eram sempre recrutados entre os trabalhadores livres** (grifos meus).

Esta afirmação de Cabral corrobora com as observações sobre aquela região feitas por Francisco de Paula Ribeiro (FRANKLIN; CARVALHO, 2007, p.138). Este, teria registrado “[...] em São Felix de Balsas [...] a presença de pacíficos índios Acroá em ‘mais de sessenta fogos’ (sessenta famílias) convivendo com o homem branco vaqueiro” (CARVALHO, 2011, p.138). Por esses escritos cria-se a ideia de uma identidade regional sul-maranhense construída a partir da figura do vaqueiro, repito, visto como homem livre e “branco”.

No entanto, o que identifiquei em estudos anteriores a partir da análise da documentação do século XIX sobre a sociedade sul-maranhense, inventários e registros de batismos (ANDRADE, 2020, p.41-85), foi a existência de um sertão mais complexo, dinâmico e mestiço não só na cor da pele, mas também nas relações que foram construídas dentro e fora das porteiras daquelas fazendas. Assim, sobre o imenso pedaço de terra localizado ao Sul de São Luís, capital da província

[...] nos cabe pensá-lo a partir de suas múltiplas dimensões simbólicas e culturais, desfiando as redes de poder que configuram um cenário marcado por disputas, confrontos e negociações. Trata-se de retratar o sertão como um gigantesco caleidoscópio, agenciador de falas, de memórias, de textos, de leituras, de vozes que gravitam em linhas de fuga, e como tal estão em constante permutação e transitoriedade. Isso nos permite refletir sobre o ethos cultural que rege práticas culturais, representações e discursos que dão forma a essa espacialidade [...] (MELO, 2010, p.42).

É preciso aprofundar as investigações sobre a sociedade sertaneja construída ao longo das margens dos rios sul-maranhenses durante seu processo de conquista. Problematicar a existência de “[...] uma cultura homogênea típica em todo o vasto sertão de Pastos Bons [...]” (CABRAL, 1992, p.166).

Nas análises feitas no *corpus documental* que disponho sobre o Sul do Maranhão no oitocentos surgiram fragmentos de histórias de homens e mulheres que podem nos ajudar a compreender os espaços em branco (GINZBURG, 2002, p.100-117) construídos há tempos pela historiografia maranhense sobre as relações entre livres, libertos/as e escravizados/as que juntos deram o tom ao processo de formação daquela sociedade. João, por exemplo, vendido por Justino Soares da Motta a Trajano Lino Rodrigues, em 28 de janeiro de 1871 foi descrito como sendo um “[...] crioulo, quarenta

e dois annos de idade, cazado, natural de Pastos Bons, desta Província, vaqueiro [...]” (REGISTRO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVIZADOS/AS, 1871, p.19v). Era também vaqueiro o escravizado de nome Francisco que em 30 de maio de 1877 teve “[...] como vendedor o capitão João Baptista Mascarenhas [...] [e] como compradora Dona Julianna Maria Pereira [...]”, na ocasião foi dito pelo Capitão João Baptista que “[...] elle é senhor e possuidor em mansa e passifica posse de um escravo de nome Francisco, cabra, com idade hoje de trinta e quatro annos, solteiro, vaqueiro, natural desta província [...]”, que era filho de Maria (REGISTRO DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVIZADOS/AS, 1875, p.34).

O sertão de João e de Francisco era múltiplo e dinâmico. Ao assumirem as funções de vaqueiro, esses escravizados não só relativizaram, mas inverteram a ordem das coisas. Dentro da construção dos espaços sociais que eram forjados naquela realidade, as trajetórias de cada escravizado/a sul-maranhense, muitas vezes, deslocaram as hierarquias, criaram espaços de fuga e no limite de liberdade. Alguns escravizados/as conseguiram subverter as normas e os modelos pré-estabelecidos, assim, resignificaram as relações construídas entre si e com os/as livres e libertos/as. Construindo, assim, espaços de resistência à ordem vigente, e muitas vezes nesse processo utilizaram-se de “[...] acomodações, adaptações e incorporações (até teatrais) de valores dominantes [...]”(MORAES, 2009, p.65).

Vivências como as citadas acima “bagunçaram” o script há muito repetido para quem ensina e estuda sobre a história do Sul do Maranhão. Pensar a sociedade sertaneja sul-maranhense apenas como um lugar formado pela ação de vaqueiros livres e “brancos” conduzindo suas boiadas e conquistando aquele território, já não dá mais conta de compreender a complexidade daquela realidade. O sertão de Pastos Bons era também escravista.

A profissão de vaqueiro era econômica e socialmente desejada por todos que compunham o cenário das fazendas de gado espalhadas pelo interior do Brasil durante a ação de colonização dessas terras. Para os escravizados, alcançar tal status representaria também a possibilidade de estar em um lugar privilegiado onde eles pudessem criar estratégias de luta para conquistar vantagens e direitos para si e para os seus e assim, aproveitar as frestas dentro de uma sociedade extremamente hierarquizada para criar espaços de negociação/barganha com seus/suas senhores/as. As relações com esses/as

eram sempre marcadas por tensões. Ambos encenaram no palco das relações sociais sertanejas falas e movimentos que atendessem aos seus interesses.

Em estudo sobre a cultura política no sertão da Bahia entre os anos de 1880-1900 a pesquisadora e professora Joana Medrado destaca como a relação, nem sempre harmoniosa, entre vaqueiros e proprietários daquela região marcaram a formação da estrutura de poder lá gestada, havia

[...] a existência de um acordo social entre fazendeiros e vaqueiros [...] não era uma regra, e sim uma fórmula que costumava dar certo. Era uma norma de conduta e um tipo de associação útil para ambas as partes: de um lado fidelidade, prontidão e proteção e, do outro, benesses materiais, algum prestígio social e também proteção [...] (MEDRADO, 2012, p.108).

Acordos que em alguns casos não foram cumpridos. O professor da Universidade Federal do Piauí Mairton Silva (2016, p.185) ao estudar as memórias de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí entre os séculos XVII e XVIII destaca que

[...] Domingos Gomes conta que havia nas fazendas deixadas pelo bandeirante no Piauí um “famoso vaqueiro e mameluco chamado Antonio Gomes de Oliveira”, que juntamente com um escravo que administrava a fazenda do Campo Grande, utilizavam das suas famas para ampliar seus direitos em torno da posse das quartas partes dos bois. Para o religioso, além dos bezerros nascidos, o mameluco Antonio Gomes de Oliveira e o escravo vaqueiro da fazenda Campo Grande retiravam suas quartas não só dos animais nascidos na fazenda, mas também daqueles gados bravos que ao serem amansados e postos nos currais se retiravam “ao quarto sem fazer menção alguma das mortas, nem de vaca nem do campo [...]”.

O escravizado vaqueiro construiu em seu cotidiano espaços de autonomia, de luta, de resistência e (re)existência. Os vínculos com seus/suas donos/as eram pautados na cordialidade e também nos conflitos, estes, muitas vezes, eram velados. Era uma relação contraditória a que existia entre vaqueiros e proprietários/as. Estes ao mesmo tempo que dominava, também dependia daquele para a manutenção de seu domínio. Pois

Eram os vaqueiros, afinal, que sabiam de tudo na fazenda: limites, localização do gado, condições das instalações e das pastagens, existência de fontes, olhos d’água, madeiras, entre outros aspectos. Eram eles também que dominavam a chave da boa relação com os demais trabalhadores (MEDRADO, 2012, p.129).

Os vaqueiros exerciam um lugar importante na estrutura de funcionamento das atividades desenvolvidas nas fazendas. Era alguém em quem o/a dono/a da propriedade precisava ter como aliado, um homem de sua confiança. Parece-me que não foi o caso da relação estabelecida entre Dona Filomena Ribeiro da Conceição e o

vaqueiro Fabrício do Nascimento Ferreira. Em um processo que Dona Filomena moveu contra seu marido, Francisco Antonio da Silva em 18 de maio de 1877, impõe como primeira condição para que o casal entrasse em um acordo, não somente a imediata retirada do referido vaqueiro da fazenda Sam Romão, como também não dar “[...] morada a este em terras de seu casal [...]” (Escritura de Trato e Convenção, 1877, p.134-134v).

Se entre Dona Filomena e seu vaqueiro as relações não eram tão harmoniosas, situação diferente ocorria entre o Tenente Coronel Leonardo Pereira de Araújo Britto e seu vaqueiro Manoel, um homem escravizado. Vejamos o que a carta de alforria de Manoel nos sugere sobre os vínculos que havia entre aquele senhor e seu vaqueiro/escravizado:

[...] Eu Leonardo Pereira de Araújo Britto, abaixo assignado, declaro que por minha morte ou pela de minha mulher Dona Clara Britto Chaves de Araujo, ficará liberto como do ventre livre tivesse nascido, o meu escravo Manoel, mulato, com idade hoje de trinta e seis annos, mais ou menos, solteiro, **vaqueiro**, natural da Comarca da Imperatriz desta Provincia do Maranhão, **em remuneração dos bons serviços que tem prestado**; esta declaração lhe servirá de título de liberdade: Para constar, digo, para constar mandei passar o presente que assigno. Carolina cinco de Novembro de mil oitocentos e oitenta e seis, digo oitenta e trez [...] (CARTA DE LIBERDADE de Manoel, 1873, p.138v, grifo meu).

Manoel devido aos longos anos de bons serviços prestados após a morte de seu/sua senhor/a poderia gozar de sua inteira e real liberdade. Não é difícil imaginar quantas e variadas estratégias foram criadas cotidianamente por Manoel para que conseguisse sua carta de alforria. Nessa teatralização da vida nos sertões escravistas, negociar também era um ato de resistência.

Miridan Falci (1995, p.160-163) estudando a dinâmica das propriedades no interior do Piauí ressalta que nas fazendas particulares tinham 2 (dois) tipos de vaqueiros: havia o vaqueiro chefe, homem livre, que contava com o auxílio de um outro vaqueiro, um escravizado. Já nas fazendas estatais as tarefas exercidas por esses profissionais ficaram a cargo de um só homem, que geralmente era um escravizado. Este tinha consciência dos limites que sua condição colocava no trato com seu/sua senhor/a, sabia até onde poderia negociar/barganhar.

A diferenciação social dentro das relações estabelecidas entre a população escravizada foi construída muitas vezes das funções que cada um exercia no interior daquela estrutura. Existia na mão de obra cativa utilizada nas regiões de criação de

gado uma hierarquia. Havia “[...] os escravos vaqueiros, escravos agricultores e escravos domésticos [...]” (ABREU, 2011, p. 52). Quanto a função de vaqueiro

era e é uma atividade especializada, que confere a quem a exerce dignidade e prestígio, mas que exige do seu dignitário uma força de vontade, um treino e uma habilidade específica (principalmente destreza física) só comparada às atividades dos oficiais de algum mister. E é por isso que o matuto, até hoje, se designa, ‘tenho o ofício de vaqueiro’, demonstrando um aprendizado e uma capacidade operacional superiores àquele que trabalha com a enxada. É por isso que o preço do escravo-vaqueiro era igual ao de um mestre de um ofício, um carpinteiro [...] (FALCI, 1995, p.162).

Nas fazendas do Piauí, por exemplo, “[...] o missionário Domingos Gomes tinha a certeza de que a existência do governo na administração das fazendas só poderia acontecer caso os acordos sobre as partilhas do gado fossem negociados com os escravos [vaqueiros]” (SILVA, 2016, p.187). Pois,

Os jesuítas tinham conhecimento de que, durante as jornadas, seus vaqueiros e marchantes, utilizando-se “de má consciência” e com o apoio de “más mulheres” ocultavam nas matas muitos gados; o que ao final eram contabilizados como perdas ou mortes por fraqueza. Para resolver o problema dos descaminhos do gado, os missionários começaram a inserir olheiros nas viagens; tais sujeitos eram encarregados exclusivamente da fiscalização dos tropeiros; mesmo assim “sabe Deus se eles ajudaram a furtar [...]” (SILVA, 2016, p.187).

Nos sertões ser um escravizado e vaqueiro não representou somente prestígio, aqueles indivíduos também gozaram de alguma liberdade na lida com as tarefas advindas de sua função. Nas idas e vindas atrás das boiadas, muitas vezes perdidas na mata, aqueles escravizados/vaqueiros poderiam passar vários dias seguindo suas pegadas e junto com elas se distanciar dos olhares vigilantes de seu/sua senhor/a.

Ao refletir sobre a sociedade que se formou nos sertões de Pastos Bons nos vem à mente as histórias que construíram uma narrativa sobre a figura quase mística do vaqueiro, descrito como o colonizador, o povoador e o “desbravador” daquelas terras cujos feitos em nada se assemelhavam aos violentos e sanguinários bandeirantes. Nos sertões do Sul do Maranhão, nos contava toda uma homogênea literatura, a conquista foi realizada por homens “brancos” e livres, responsáveis por levar aos confins daquelas terras “lampejos de civilização”. As narrativas sobre os feitos de tais homens foram não só responsáveis por darem tons de heroísmo a essa empreitada, como também, silenciar fatos e acontecimentos que pudessem tirar deles esse protagonismo. A paisagem humana formada por livres, libertos/as e escravizados/as com suas complexidades e variedades não aparece nesses relatos.

Os escravizados do sul-maranhense não foram só auxiliares de vaqueiros, os fabrica (CABRAL, 1992, p.106). João, Francisco e tantos outros homens/escravizados nos mostram a existência dos contrastes, das complexidades e tensões que foram responsáveis pela formação e diversidade daquela sociedade. São histórias que ainda permanecem ausentes das discussões em sala de aula e dos livros sobre a história do Maranhão e da sua parte mais ao Sul. Ainda se repete o mesmo discurso, escrita e imagem: o vaqueiro era o homem livre e “branco”. Assim, os vestígios presentes nos documentos pesquisados por mim, possibilitaram avançarmos sobre a compreensão daquela sociedade que se construiu nas campinas dos bons pastos sul-maranhenses.

REFERÊNCIAS

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Campina Grande-RN, 2011.

ANDRADE, Antônia de Castro. **Laços de compadrio entre escravizados/as no Sul do Maranhão (1854-1888)**. São Luís: Café & Lápis; EDUFMA, 2020.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil**. FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr Ferreira. Ed. da UFPI. 3. ed. 2011. (Coleção Nordeste).

FALCI, Miridan Knox. **Escravos do sertão: Demografia, trabalho e relações sociais (Piauí, 1826-1888)**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina-PI, 1995.

FERREIRA, Luiz Alberto. **O movimento republicano e a gênese da reestruturação oligárquica no Maranhão (1888-1894)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2002.

FRANKLIN, Adalberto; CARVALHO, João Renôr Ferreira. **Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons. A base geográfica e humana do Sul do Maranhão**. Imperatriz - MA: Ética, 2007.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONZAGA, Luiz. Canção: A morte do vaqueiro. <https://www.youtube.com>.

MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros:** relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880 -1900. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

MELO, Irisnete Santos de. **Palavras nos lábios, armas nas mãos:** narrativas, trajetórias e encon(fron)tros no chamado sertão do Maranhão no começo do século XX. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade:** os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-RN, 2009.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888).** São Luís: SIOGE, 1990.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil:** colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. Tese doutorado Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife-PE, 2016.

DOCUMENTOS:

- Carta de Liberdade de Manoel. (Livro de Notas 1881-1890, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão- São Luís-MA).

- Escritura de Trato e Convenção, 1877. (Livro de Notas 1875-1881, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - São Luís-MA).

- Registro de Compra e Venda de Francisco. (Livro de registro de compra e venda de escravizados/as 1869-1876 - Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - São Luís-MA).

- Registro de Compra e Venda de João. (Livro de registro de compra e venda de escravizados/as 1869-1876 - Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - São Luís-MA).